



**ACTA Nº 09/2010 DA REUNIÃO DO CONSELHO EXECUTIVO  
DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MINHO-LIMA,  
REALIZADA NO DIA 11 DE MAIO DE 2010**

--- Aos onze dias do mês de Maio do ano de dois mil e dez, reuniu, pelas dezassete horas nas instalações da CIM em Ponte de Lima, o Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima.-----

--- Estiveram presentes nesta reunião os Presidentes das Câmaras Municipais de Arcos de Valdevez, Senhor Francisco Rodrigues de Araújo, de Caminha, Senhora Júlia Paula Pires Pereira Costa, de Melgaço, Senhor António Rui Esteves Solheiro, de Paredes de Coura, Senhor António Pereira Júnior, de Ponte da Barca, Senhor António Vassalo Abreu, de Ponte de Lima, Senhor Vítor Manuel Alves Mendes, de Valença, o Senhor Jorge Manuel Salgueiro Mendes, de Viana do Castelo, Senhor José Maria da Cunha Costa e de Vila Nova de Cerveira, o Senhor José Manuel Vaz Carpinteira.-----

Em substituição do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Monção esteve presente o Vice-Presidente, Senhor Augusto Henrique de Oliveira Domingues.-----

Assistiram ainda à reunião, os Senhores Ruy Manuel Ferreira da Silva Guerreiro e Luís Miguel Rodrigues Matos. -----

--- A reunião foi presidida pelo Senhor Presidente do Conselho Executivo, António Rui Esteves Solheiro.-----

**1 – Aprovação da acta nº 07 de reunião de 08 de Abril de 2010 e Acta nº 8 de reunião de 06 de Maio de 2010**

--- Foi colocada à consideração do Conselho a proposta da Acta nº 7 da reunião do Conselho Executivo. Após a sua leitura, a acta foi colocada à votação e aprovada por unanimidade. Foi colocada à consideração a Acta nº 8 da reunião do Conselho Executivo, que após a sua leitura e votação foi aprovada por unanimidade.-----

**2 – PTD - Discussão sobre os projectos passíveis de inclusão no PTD**

--- Foram analisados os quadros referente à dotação financeira, aos projectos aprovados e em análise, e à disponibilidade FEDER, por Município. (Doc. 94/10) -----

--- Posteriormente foram avaliadas as intenções de candidatura de cada Município tendo-se constatado que, genericamente, aquelas que já estão em execução têm cabimento no PTD e deverá ser usado como critério de enquadramento futuro aquelas que garantam um elevado consumo financeiro no decorrer deste ano. (Doc. 95/10)-----



Como orientação genérica ficou estabelecido o princípio de que não deve ser ultrapassada a taxa de aprovação de 80% relativamente à dotação global do PTD, não podendo cada Município de per si exceder 90% da sua própria dotação.-----

--- Após análise da situação e em relação a novos projectos ficou decidido serem realizadas reuniões bilaterais, entre o Gestor do PTD e cada Município.-----

### **3 – Apresentação e discussão do documento Desenvolvimento de SIG Municipais e Territoriais como suporte à Governação Digital**

--- O Prof. Mamede Alonso apresentou o documento preparado pela equipa que liderou. Da discussão que se seguiu a esta apresentação, foi sublinhado o grande esforço já realizado que terá que ser potenciado no futuro, e o desejo que o IPVC possa assumir o papel indispensável de consultor comprometido com a CIM na especificação, controlo e garantia de bom fim das operações que seja necessário contratar no exterior. (Doc. 96/10)-----

--- Como conclusão foi decidido que os serviços técnicos da CIM, juntamente com o IPVC irão preparar uma proposta de plano de acção orientada para os seguintes objectivos:-----

1 – Decorrente do designado no Eixo II do documento anexo garantir que todos os dez Municípios do Alto Minho atinjam patamares de desempenho no desenvolvimento dos seus S.I.G. de primeira qualidade, numa lógica de serviço no cliente. De facto parece possível num prazo de 3 a 5 anos que os Municípios do Alto Minho atinjam um patamar de excelência neste domínio.-----

2 – Decorrente do designado no Eixo IV “Conceber, desenvolver e operacionalizar uma estrutura com missão e recursos próprios que permita a formação e a disponibilização de referenciais técnico-científicos, apoie o desenvolvimento de processos e contribua para a concretização a nível regional e institucional de forma articulada dos diversos projectos a considerar nas bases conceptuais do Sistema de Informação Territorial [SI.TA] ou Infra-estrutura de Dados Espaciais regional. Neste eixo estratégico preconiza-se a criação de uma estrutura técnica multidisciplinar sob a orientação de uma estrutura decisória com capacidades e recursos suficientes para cumprir a missão de implementar de forma programada e gradual os projectos e acções que visem o desenvolvimento de uma IDE de âmbito regional a partir da Administração mas com impacte e efeito agregador e reproduzidor para todo território do Alto Minho. A reunião e a articulação de investigadores e técnicos do IPVC e CIM Alto Minho com acesso a recursos tecnológicos e meios administrativos adequados, numa lógica de apoio e complementaridade à missão e actividades municipais” foi sugerida a participação activa do responsável de cada Município de forma a garantir que a trajectória das opções tomadas por cada Município seja coerente com as melhores práticas e acelere a implementação pelo efeito de trocas de experiências entre os dez Municípios.-----



--- Simultaneamente esta estrutura central deverá ter um papel de relevo no estímulo ao trabalho académico sobre estas temáticas.-----

--- Esta estrutura central deverá reportar ao Conselho Executivo a sua actuação trimestralmente.-----

--- A coordenação científica, técnica e administrativa desta estrutura de missão será proposta no plano de acção.-----

#### **4 – Outros Assuntos**

##### **Ratificação da autorização de acumulação de funções do Secretário Executivo**

--- Foi presente o ofício do Senhor Secretário Executivo a solicitar ao Presidente do Conselho Executivo a acumulação de funções, para o exercício de actividade privada na área da consultadoria .(Doc. nº 97/10) Mais é referido no supra citado ofício que a actividade é exercida em prestações de serviços pontuais, não existindo incompatibilidade nos serviços a prestar com as funções exercidas na CIM Alto Minho, e que caso a ocorrência de conflito superveniente que cessa as funções em causa.-----

O Conselho tomou conhecimento da decisão do Senhor Presidente da autorização desta acumulação de funções nos termos em que foi solicitada. -----

##### **Ratificação da decisão do Senhor Presidente de convite à KPMG**

--- Presente para ratificação a proposta de deliberação do Despacho do Senhor Presidente do Conselho Executivo de 16 de Abril de 2010, de abertura de procedimento de Ajuste Directo (AD\_RG n.º 101/2010), nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20º e artigos 112º a 127º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, para a prestação de serviços de assessoria financeira constituída por uma análise quantitativa e preliminar do potencial de poupança de custos decorrente da centralização dos serviços de água e saneamento dos Municípios que compõe a CIM Alto Minho, numa única empresa intermunicipal, com convite à KPMG II Consultores de Negócios, S.A., nos termos do memorando do Senhor Secretário Executivo, foi deliberado por unanimidade dos presentes a ratificação do procedimento.(Doc. 98/10)-----

##### **Regulamento do Conselho Coordenador de Avaliação do SIADAP**

---Foi presente e aprovado por unanimidade o regulamento que define a composição, as competências e o funcionamento do Conselho Coordenador de Avaliação da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho nos termos do disposto no Artº 21º do Decreto Regulamentar nº 18 /2009, de 4 de Setembro, para efeitos de implementação do SIADAP. (Doc. 99/10)-----

##### **Contrato de Prestação de Serviços com o Município de Barcelos para utilização do Canil Intermunicipal da Valimar**



--- No cumprimento da deliberação de 25 de Março de negociar com o município de Barcelos a utilização por parte deste da capacidade do Canil Intermunicipal da Valimar sob gestão da CIM, o Secretário Executivo, apresentou o acordo entre a CIM e o Município de Barcelos, já em vigor. (Doc. 100/10)-----

--- Assim para além de a CIM cobrar os custos dos procedimentos do canil, o município de Barcelos pagará mensalmente 1500€ durante os próximos quatro anos, quantia suficiente para suportar a ampliação do canil se e quando tal se revelar necessário, tal como era especificado no mandato recebido do Conselho Executivo.-----

--- Da discussão realizada ficou claro que agora competirá à CIM, definir quando deverá proceder à referida ampliação.-----

--- Atendendo à especial sensibilidade da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Caminha, o Senhor Presidente pediu ao Senhor Vice-Presidente da CIM, Vítor Mendes que organizasse uma reunião entre o Município de Caminha, Ponte de Lima e a ALAAR – Associação Limiana dos Amigos dos Animais de Rua, sobre a possibilidade de reforçar a capacidade de adopção que actualmente o canil prossegue.-----

#### **Manifesto “Ética Global para a Economia”**

--- O Senhor Presidente apresentou o Manifesto sobre a ética global para a economia, iniciativa das Nações Unidas, que em nome da CIM do Alto Minho subscreveu, pedindo a ratificação do Conselho. (Doc. 101/10)-----

--- O Conselho deliberou por unanimidade ratificar esta subscrição.-----

#### **POCTEP – Quadro resumo de possíveis projectos**

--- Com referência à 2ª Convocatória do Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha Portugal, POCTEP, foi presente um resumo dos projectos, que se encontram a ser desenvolvidos pela CIM ou por outras entidades, tendo-se solicitado aos Municípios actividades enquadráveis nos mesmos para efeitos da sua inclusão nas candidaturas. (Doc. 102/10)-----

#### **Promoção e Capacitação Institucional – Internacionalização**

--- Foram apresentadas pelo Senhor Secretário Executivo, para validação e aprovação, uma ficha de intenções de projecto a propor no âmbito do Aviso de Candidaturas lançado pelo ON 2 Novo Norte – Eixo V Promoção e Capacitação Institucional – Internacionalização, a saber: (1) Consolidar o desenvolvimento de actividade de cooperação ao nível do Parque Gerês – Xurê, criação da AECT do Parque Transfronteiriço; (2) Desenvolvimento de um projecto de cooperação na área do conhecimento aplicado aos SIG e ao Planeamento e Gestão Municipal (3) Integração do Alto Minho na rede Europeia de Percursos Cicláveis e Pedestres. O montante de Investimento máximo por candidatura é de 25.000 € para o projecto 1 e 2 e de 100.000 euros para o projecto 3. (Doc. 103/10)-----



Os senhores presidentes aprovaram por unanimidade a formulação dos projectos acima referidos.-----

### **Elaboração de Estudo de Expansão da Rede de Ecovias da CIM Alto Minho – Arcos de Valdevez**

--- Considerando, a aprovação do projecto "Pro|seguindo" candidatado pela VALIMAR ao programa ON 2 no âmbito da Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial – Gestão Activa dos Espaços Protegidos e Classificados; a aprovação da Cessão de Posição Contratual do projecto da VALIMAR ComUrb para a CIM Alto Minho, pela comissão directiva do ON2, conforme comunicação da CCDRN de 20/04/2010 e que uma das actividades previstas é o "Estudo de Expansão da Rede de Percursos Pedestres do Território da VALIMAR" com um investimento elegível de 250.000 euros, foi proposto e aprovado por unanimidade a abertura de Concurso Publico, para a "ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE EXPANSÃO DA REDE DE ECOVIAS – ARCOS DE VALDEVEZ", o Caderno de Encargos e Programa de Procedimento; que a Contrapartida Nacional do presente procedimento seja realizada pelo Município de Arcos de Valdevez; e demais termos apresentados na proposta anexa à presente acta. (Doc. 104/10)

### **Estudos Preliminares para criação duma Empresa de Água e Saneamento (KPMG)**

--- Atendendo à apresentação do estudo elaborado pela KPMG de análises quantitativas da poupança de custos decorrente da centralização dos serviços de água e saneamento dos dez municípios que compõem a Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima numa empresa intermunicipal, e que se considerou unânime obter um maior nível de informação para se tomarem decisões concretas relativamente às opções que se põem aos Municípios relativamente às questões da Água e Saneamento, nomeadamente: (i) de manter a distribuição em baixa, em sistemas separados; (II) de criação de um sistema integrado para os dez Municípios (III) ou de integração dos sistemas actuais em baixa nas Águas de Portugal, sobretudo no que se refere ao valor das tarifas que podem ser praticadas num sistema integrado dos dez municípios com as tarifas que resultariam da integração da alta com a baixa pela entrega do sistema às Águas de Portugal, foi deliberado na reunião de 6 de Maio de 2010 do Conselho Executivo encarregar o Secretário Executivo de apresentar soluções alternativas para dar resposta às questões acima referidas. (Doc. 105/10)-----

Desta forma foi proposto e aprovado por unanimidade efectuar um procedimento para elaboração de estudo de viabilidade económica e financeira que venha dar resposta às questões acima referidas, tendo sido conferidos poderes ao Senhor Presidente para abertura de procedimento a ratificar na próxima reunião do conselho executivo.-----

### **Ofício da Câmara Municipal de Viana do Castelo – Taxa de gestão de Resíduos**



--- Foi presente ofício da Câmara Municipal de Viana do Castelo subordinado ao tema: Taxa de Gestão de Resíduos nº 3 do Artº 58º do Decreto-Lei 178/2006 com a redacção dada pela Lei do OE para 2009, tendo o Senhor Presidente do Conselho Executivo, António Rui Esteves Solheiro dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, que passou a explanar que em conformidade com o disposto nos normativos legais acima a taxa de Gestão dos Resíduos, poderá sofrer um agravamento em 50%, o que se traduz num grave ónus para os municípios. Face ao referido foi deliberado por unanimidade a CIM Alto Minho efectuar uma exposição do assunto à Associação Nacional de Municípios Portugueses. (Doc. 106/10)-----

### **Criação de Bolsa para processos de recrutamento de pessoal**

--- Atendendo ao referido no nº 1 do Artº 53 da Lei 12-A de 2008, que obriga a que os processo de recrutamento de pessoal externo à função pública ter de ser sujeito a provas de conhecimento e avaliação psicológica como métodos de selecção obrigatórios realizadas por técnicos devidamente acreditados que reúnam o exigido no nº 2 do Artº 10º da Portaria 83 A/2009 de 22 de Janeiro, ficou deliberado ser criada uma bolsa intermunicipal de técnicos acreditados para o efeito. (Doc. 107/10)-----

### **Mapa de comparticipações dos Municípios**

---Por fim foi apresentado o mapa de Comparticipações dos Municípios e sublinhada a urgência da sua efectivação na próxima semana. (Doc. 108/10)-----

--- A próxima reunião foi, marcada para o dia 27 de Maio de 2010, pelas 15H00, nas instalações da CIM em Ponte de Lima. -----

--- Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião pelas vinte horas e trinta minutos.-----

--- E, para constar, se lavrou a presente Acta que fica assinada pelo Presidente do Conselho Executivo e Secretário Executivo. -----

----- ESTÁ CONFORME -----

--- Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima, em Ponte de Lima, aos 11 de Maio de 2010.-----

O PRESIDENTE DO CONSELHO EXECUTIVO, \_\_\_\_\_

O SECRETÁRIO EXECUTIVO, \_\_\_\_\_